ATA N.º 003/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Sete de Setembro/RS, realizada na Sala da Secretaria de Finanças, no dia 12 de fevereiro de 2026, às 12h50min, sito, a Rua Edmundo Grassel, 1145, Centro, Sete de Setembro – RS.

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às doze horas e cinquenta minutos, junto à Sala da Secretaria de Finanças, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Sete de Setembro, Sr. Ademar Markowski, Sr. Flávio Henrique Uzejka e o Sr. Eder Jose Szulz. A reunião contou também com a participação do representante da Empresa Referência Sr. João Ennes, de forma virtual, através da ferramenta de vídeo chamada Zoom. Inicialmente, o Sr. João Ennes cumprimentou os participantes da reunião, registrando ciência da presença de todos na modalidade virtual, bem como agradecendo a disponibilidade e o comprometimento dos membros para a realização dos trabalhos. Na sequência, deu-se início às atividades, ocasião em que o Sr. João Ennes passou à análise do cenário econômico internacional e nacional, com especial enfoque na avaliação do posicionamento, desempenho e aderência dos fundos de investimento atualmente integrantes da carteira, considerando os riscos, oportunidades e perspectivas para os próximos períodos. No que se refere ao cenário internacional, foi registrada a evolução do mercado de trabalho dos Estados Unidos, o qual iniciou o ano de 2026 em processo de arrefecimento gradual, apresentando sinais mistos entre os principais indicadores de alta frequência. Destacou-se que os dados privados apontaram criação limitada de postos de trabalho, com apenas 22 mil vagas líquidas no setor privado, concentradas nos segmentos de educação e saúde, ao passo que setores como serviços profissionais e manufatura apresentaram retração, evidenciando comportamento heterogêneo da atividade econômica. Ressaltou-se, ainda, que os pedidos semanais de seguro-desemprego permaneceram em patamares historicamente baixos, sugerindo um mercado de trabalho menos aquecido, porém ainda resiliente. Em relação à Zona do Euro, registrou-se desaceleração da inflação anual para aproximadamente 1,7% em janeiro de 2026, permanecendo abaixo da meta oficial de 2,0% estabelecida pelo Banco Central Europeu, com destaque para a contribuição negativa dos preços de energia. Tal comportamento reforça o entendimento de moderação das pressões inflacionárias e amplia o espaço para manutenção de política monetária mais acomodatícia. No que se refere à China, observou-se enfraquecimento da atividade econômica, evidenciado pela queda dos índices PMI oficiais da indústria e de serviços para patamares inferiores a 50 pontos, indicando retração tanto no setor fabril quanto nos serviços, em um contexto de desafios estruturais persistentes. No cenário doméstico, destacou-se que o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta aproximada de 0,7% em novembro de 2025, na comparação dessazonalizada, sinalizando retomada moderada da atividade econômica no início do quarto trimestre. A recuperação foi impulsionada principalmente pelos setores industrial e de serviços, enquanto a agropecuária apresentou desempenho mais contido. As projeções de mercado, conforme Boletim Focus, indicam crescimento do Produto Interno Bruto em torno de 2,2% no fechamento de 2025, refletindo expansão moderada da economia brasileira. No tocante à inflação, registrou-se que o IPCA apresentou variação de 0,33% em janeiro de 2026, repetindo o resultado observado em

dezembro de 2025, elevando o acumulado em doze meses para 4,44%, ainda dentro da banda de tolerância da meta oficial. Destacaram-se as pressões oriundas dos grupos Transportes e Comunicação, parcialmente compensadas pela queda no grupo Habitação, mantendo a dinâmica inflacionária sob controle relativo, embora ainda demandando cautela da autoridade monetária. Quanto à política monetária, ficou consignado que, após a reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) realizada nos dias 27 e 28 de janeiro de 2026, consolidou-se a manutenção da taxa Selic em 15,0% ao ano, em razão da necessidade de preservar o grau de restrição monetária, diante da persistência das pressões inflacionárias e da lenta convergência das expectativas para a meta. No que tange à balança comercial, foi registrado superávit de US$ 4,34 bilhões em janeiro de 2026, sustentado principalmente pela retração mais acentuada das importações. As exportações apresentaram leve recuo na comparação interanual, com desempenho mais fraco da indústria extrativa e de transformação, parcialmente compensado pelo crescimento da agropecuária, especialmente nos embarques de soja, milho e carnes. Em relação ao fluxo cambial, observou-se saldo positivo de aproximadamente US$ 5,1 bilhões em janeiro de 2026, impulsionado pelo ingresso líquido de recursos no segmento financeiro, enquanto o canal comercial apresentou déficit. Tal resultado contribuiu para maior estabilidade cambial no período. No mercado financeiro, destacou-se o expressivo desempenho da renda variável, com valorização do Ibovespa de cerca de 12,56% no mês, alcançando novos recordes nominais acima de 181 mil pontos, impulsionado pela entrada de capital estrangeiro, melhora do apetite por risco e expectativa de redução gradual dos juros no horizonte prospectivo. No mercado de renda fixa, registrou-se desempenho positivo generalizado, com valorização dos principais índices, notadamente do IMA-Geral e do IRF-M, refletindo carregamento favorável, compressão dos prêmios de risco e maior previsibilidade no curto prazo da política monetária. Após a análise da Conjuntura Internacional e do Cenário Econômico Doméstico, procedeu-se à apresentação técnica e detalhada dos fundos de investimento integrantes da carteira do Fundo de Previdência, com ênfase no desempenho obtido, no perfil de risco, na aderência às diretrizes da Política de Investimentos e no alinhamento estratégico com os objetivos institucionais e atuariais de longo prazo, destacando-se, de forma especial, os resultados apurados no mês de janeiro de 2026. No mês de janeiro de 2026, a rentabilidade auferida pela carteira de investimentos totalizou R$ 316.175,47 (trezentos e dezesseis mil, cento e setenta e cinco reais e quarenta e sete centavos). No acumulado do exercício de 2026, a rentabilidade permaneceu no mesmo montante, tendo em vista tratar-se do primeiro mês do exercício. Em termos percentuais, a rentabilidade mensal alcançou 1,03%, correspondendo igualmente à rentabilidade acumulada no ano, resultado que superou a meta atuarial acumulada até o período, fixada em 0,83%, evidenciando desempenho positivo da carteira frente aos parâmetros atuariais estabelecidos. Registrou-se, ainda, que, ao final do mês de janeiro de 2026, o patrimônio líquido total da carteira de investimentos somava R$ 31.137.336,69 (trinta e um milhões, cento e trinta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos). Ainda para constar em ata, foi registrado que o Fundo de Previdência realizou, no final do exercício de 2025, especificamente no encerramento do mês de dezembro, aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais, na modalidade direta na curva, operações estas efetuadas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025, a qual revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021, passando a estabelecer, a partir de 2 de fevereiro de 2026, novos parâmetros, limites, critérios e requisitos para as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Ressaltou-se que as referidas aplicações foram realizadas em estrita observância à legislação vigente à época, encontrando-se plenamente regulares e compatíveis com as normas então aplicáveis, e que o regime

previdenciário deverá promover os ajustes necessários à sua política de investimentos, à estrutura da carteira e aos procedimentos operacionais, de modo a assegurar plena conformidade com o novo arcabouço normativo, dentro dos prazos legais e regulamentares estabelecidos. Consignou-se, ainda, que, ao final do mês de janeiro de 2026, o montante aplicado em Títulos Públicos Federais correspondia a 68,45% do total da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, evidenciando a estratégia de alocação majoritária em ativos de elevada segurança, liquidez e previsibilidade de retorno, compatível com os princípios da prudência, solvência, equilíbrio atuarial e sustentabilidade do regime. Ainda para constar em ata, registrou-se que os resultados apurados evidenciaram que a performance da carteira de investimentos permaneceu superior à meta atuarial estabelecida, em consonância com os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência e governança, refletindo uma condução prudente, consistente e alinhada aos objetivos de longo prazo do Fundo de Previdência. Após análise técnica aprofundada, realizada de forma conjunta com a consultoria especializada da Empresa Referência, representada pelo Sr. João Ennes, concluiu-se pela inexistência de necessidade de ajustes na atual composição da carteira de investimentos. Diante do cenário econômico vigente, a recomendação técnica foi pela manutenção da estratégia de alocação adotada, com monitoramento contínuo da evolução das condições macroeconômicas, visando preservar o equilíbrio entre risco e retorno e assegurar a permanente aderência aos objetivos atuariais, financeiros e institucionais do Fundo. Em seguida, foi deliberada e definida a data da próxima reunião, ficando agendada para o dia 17 de março de 2026, às 12h50, a ser realizada na Sala da Secretaria de Finanças, com a participação da consultoria da Empresa Referência, representada pelo Sr. João Ennes, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom. Não havendo outros assuntos a tratar, eu, Eder Jose Szulz, encerro a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais participantes.

Eder Jose Szulz,
Ademar Markowski
Flavio Henrique Ugoski